

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	11
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	26/03/2018	Juros sobre Capital Próprio	10/04/2018	Ordinária		1,08847

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	56.587.671	54.046.937
1.01	Ativo Circulante	22.581.660	22.276.591
1.01.01	Disponibilidades	127.372	161.518
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.451.175	12.931.084
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	14.267.327	12.787.577
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Infanceiros	183.848	143.507
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.436.162	2.335.215
1.01.03.01	Carteira Própria	1.436.162	1.458.959
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	0	876.256
1.01.04	Relações Interfinanceiras	655.831	517.430
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	38.031	8.155
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	617.161	506.318
1.01.04.03	Correspondentes	639	2.957
1.01.05	Relações Interdependências	0	84
1.01.06	Operações de Crédito	3.826.143	4.183.701
1.01.06.01	Setor Público	142.240	186.731
1.01.06.02	Setor Privado	4.352.647	4.489.435
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-668.744	-492.465
1.01.08	Outros Créditos	2.056.065	2.115.657
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	898.200	885.164
1.01.08.02	Rendas a Receber	19.523	16.480
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	12	12
1.01.08.04	Diversos	1.144.735	1.219.789
1.01.08.05	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-6.405	-5.788
1.01.09	Outros Valores e Bens	28.912	31.902
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	14.620	14.649
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-620	-620
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	14.912	17.873
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.827.823	31.585.567
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	26.703.161	24.524.324
1.02.02.01	Carteira de Câmbio	25.024.428	23.665.336
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	830.934	3.091
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros e Derivativos	411.571	426.513
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	436.228	429.384
1.02.03	Relações Interfinanceiras	67.604	66.639
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	67.604	66.639
1.02.05	Operações de Crédito	4.947.989	4.915.752
1.02.05.01	Setor Público	501.064	1.041.162
1.02.05.02	Setor Privado	4.688.316	4.327.186
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-241.391	-452.596
1.02.07	Outros Créditos	2.109.069	2.078.852
1.02.07.01	Diversos	2.136.344	2.106.090
1.02.07.02	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-27.275	-27.238
1.03	Ativo Permanente	178.188	184.779

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1.03.01	Investimentos	1.591	1.591
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.877	6.877
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.286	-5.286
1.03.02	Imobilizado de Uso	156.649	163.240
1.03.02.01	Imóveis de Uso	169.752	169.752
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.132	107.132
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	278.304	277.150
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-398.539	-390.794
1.03.04	Intangível	19.948	19.948
1.03.04.01	Ativos Intagíveis	19.948	19.948

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	56.587.671	54.046.937
2.01	Passivo Circulante	12.207.037	21.632.803
2.01.01	Depósitos	5.550.543	5.410.955
2.01.01.01	Depósitos à Vista	261.200	239.932
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	2.173.416	2.277.515
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.475.423	1.548.266
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.640.504	1.345.242
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	929.605	983.405
2.01.02.01	Carteira Própria	821.180	876.278
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	108.425	107.127
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	184.153	184.357
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias Hipotecárias, Crédito e Similares	163.933	176.500
2.01.03.02	Obrigações para Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	20.220	7.857
2.01.04	Relações Interfinanceiras	36.496	317
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	36.496	317
2.01.05	Relações Interdependências	8.647	5.660
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	8.163	5.660
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	484	0
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	944.140	951.482
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	944.140	951.482
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	180.021	161.679
2.01.07.01	Tesouro Nacional	189	187
2.01.07.02	BNDES	160.535	142.072
2.01.07.03	FINAME	19.297	19.420
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	143.598	143.354
2.01.09	Outras Obrigações	4.229.834	13.791.594
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	43.649	1.453
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	4.894	9.318
2.01.09.03	Socias e Estatutárias	145.104	138.114
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	330.618	303.202
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	153	153
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.812.917	10.913.835
2.01.09.07	Diversas	1.892.499	2.425.519
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	40.738.514	28.872.097
2.02.01	Depósitos	6.216.435	6.397.227
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	30.819	34.623
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	6.185.616	6.362.604
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	8.424	3.042
2.02.02.01	Carteira de Própria	8.424	3.042
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	989.295	1.004.912
2.02.03.01	Obrigações para Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	989.295	1.004.912
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.291.357	1.358.892
2.02.07.01	Tesouro Nacional	267	263
2.02.07.02	BNDES	1.231.607	1.293.434
2.02.07.03	FINAME	59.483	65.195

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	471.889	491.871
2.02.09	Outras Obrigações	31.761.114	19.616.153
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	59.387	42.954
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	24.087.605	12.614.943
2.02.09.03	Dívidas Subordinada Elegíveis a Capital	2.243.380	2.205.468
2.02.09.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	1.000.000
2.02.09.05	Diversas	4.370.742	3.752.788
2.05	Patrimônio Líquido	3.642.120	3.542.037
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	11.592	11.769
2.05.03.01	Ativos Próprios	11.592	11.769
2.05.04	Reservas de Lucro	1.685.026	1.685.026
2.05.04.01	Legal	271.416	271.416
2.05.04.02	Estatutária	1.413.610	1.413.610
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-961.088	-998.758
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-961.088	-998.758
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	62.590	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.157.683	1.377.332
3.01.01	Operações de Crédito	440.949	479.446
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	666.858	915.548
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	-14.942	-33.355
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	58.506	22.559
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	6.312	-6.866
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-801.692	-1.122.062
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-211.277	-319.305
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-488.230	-583.808
3.02.03	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-102.185	-218.949
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	355.991	255.270
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-128.863	-248.162
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	585.157	584.422
3.04.02	Despesas de Pessoal	-463.460	-455.911
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-309.559	-297.242
3.04.04	Despesas Tributárias	-76.971	-75.095
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	565.667	489.242
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-429.697	-493.578
3.05	Resultado Operacional	227.128	7.108
3.06	Resultado Não Operacional	1.175	-1.846
3.06.01	Receitas	3.065	818
3.06.02	Despesas	-1.890	-2.664
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	228.303	5.262
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-124.350	-13.991
3.09	IR Diferido	-4.170	-9.031
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-5.519	0
3.10.01	Participações	-5.519	0
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	94.264	-17.760
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,09138	-0,20562

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	94.264	-17.760
4.02	Outros Resultados Abrangentes	37.847	83.884
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponível para Venda	65.900	138.399
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-26.899	-54.889
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	322	1.991
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-145	-859
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-1.331	-758
4.03	Resultado Abrangente do Período	132.111	66.124

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.703.176	2.734.494
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	570.060	599.526
6.01.01.01	Lucro Líquido/Prejuízo do Período	94.264	-17.760
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	8.197	10.170
6.01.01.03	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	0	11
6.01.01.04	Provisão Líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	99.574	215.702
6.01.01.05	Provisão Líquida para Outros de Liquidação Duvidosa	2.612	3.247
6.01.01.06	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	239.574	288.196
6.01.01.07	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	3	525
6.01.01.08	Provisão Líquida para Contingências	10.212	10.510
6.01.01.09	Provisão Líquida para Outras Contingências	17.402	45.775
6.01.01.10	Passivos Atuariais Benefícios Pós Emprego	64.559	49.930
6.01.01.11	Provisão Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	25.882	0
6.01.01.12	Reversão de Provisão de Juros sobre Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	0	-216
6.01.01.13	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	8.914	13.881
6.01.01.14	Ativos Fiscal Diferido	-4.171	-9.031
6.01.01.15	Reversão de Provisão para Perdas em Crédito Vinculados ao SFH	-23	-11.414
6.01.01.16	Atualização de Instrumentos de Dívida Elegível a Capital	3.061	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.133.116	2.134.968
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-41.638	-7.048
6.01.02.02	Relações Internfinanceira e Interdependência	-100.092	-101.694
6.01.02.03	Operações de Crédito	225.748	460.181
6.01.02.04	Outros Créditos	99.481	224.004
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	3.056	7.539
6.01.02.06	Depósitos	-50.118	170.197
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	-48.419	-51.521
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-15.820	-8.510
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-76.273	-104.111
6.01.02.10	Intrumentos Financeiros Derivativos	14.942	33.355
6.01.02.11	Outras Obrigações	2.246.582	1.585.446
6.01.02.12	Reserva de Reavaliação	0	408
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-111.854	-76.176
6.01.02.14	Ajustes de Exercícios Anteriores	-12.479	2.898
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.257.398	-3.479.212
6.02.01	Inversões em Investimentos	0	-3
6.02.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-2.498	-14.255
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-67	-96
6.02.05	Alienação(Baixa) de imobilizado de Uso	892	5.289
6.02.06	Alienação de Bens de Uso Próprio	0	14
6.02.07	Títulos e Valores Mobiliários Disponível para Venda	-1.255.725	-3.470.161
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.471	0
6.03.01	Dividendos e Bonificações Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-1.471	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.444.307	-744.718
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.841.968	9.429.229
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.286.275	8.684.511

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	11.769	1.685.026	0	-998.758	3.542.037
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-12.479	0	-12.479
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	11.769	1.685.026	-12.479	-998.758	3.529.558
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	94.264	0	94.264
5.05	Destinações	0	0	0	0	-19.373	0	-19.373
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-19.373	0	-19.373
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-177	0	177	37.670	37.670
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	39.001	39.001
5.07.04	Realização de Reserva	0	0	-177	0	177	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas	0	0	0	0	0	-1.331	-1.331
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	11.592	1.685.026	62.589	-961.088	3.642.119

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	14.490	1.157.951	0	-653.946	3.362.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	2.899	0	2.899
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	14.490	1.157.951	2.899	-653.946	3.365.394
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-17.760	0	-17.760
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.131	0	1.538	82.752	83.159
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	83.510	83.510
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-1.131	0	1.538	0	407
5.07.05	Ganhos e Perdas	0	0	0	0	0	-758	-758
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	13.359	1.157.951	-13.323	-571.194	3.430.793

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	1.777.800	1.736.622
7.01.01	Intermediação Financeira	1.157.683	1.377.332
7.01.02	Prestação de Serviços	585.157	584.422
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-102.185	-218.949
7.01.04	Outras	137.145	-6.183
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-699.507	-903.113
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-291.966	-277.458
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-20.257	-22.808
7.03.02	Serviços de Terceiros	-152.976	-134.986
7.03.04	Outros	-118.733	-119.664
7.04	Valor Adicionado Bruto	786.327	556.051
7.05	Retenções	-8.197	-10.171
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.197	-10.171
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	778.130	545.880
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	778.130	545.880
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	778.130	545.880
7.09.01	Pessoal	405.886	391.410
7.09.01.01	Remuneração Direta	273.999	273.289
7.09.01.02	Benefícios	111.273	97.159
7.09.01.03	F.G.T.S.	20.614	20.962
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	268.584	162.617
7.09.02.01	Federais	260.484	155.244
7.09.02.02	Estaduais	5	13
7.09.02.03	Municipais	8.095	7.360
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.396	9.613
7.09.03.01	Aluguéis	9.396	9.613
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	94.264	-17.760
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	19.373	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	74.891	-17.760

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o valor de R\$ 6,4 bilhões no primeiro trimestre de 2018, envolvendo 1.133.316 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito, apresentando crescimentos de 2,3% na quantidade de operações e 50,1% no valor contratado em relação ao primeiro trimestre de 2017.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No primeiro trimestre de 2018 foi contratado o montante de R\$ 4,1 bilhões com recursos do Fundo, tendo sido realizadas 131.852 operações, o que representa acréscimo de 97,8% no valor contratado e redução de 2,5% na quantidade de operações em relação ao mesmo período de 2017.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 2,0 bilhões, contratando 953.537 operações no primeiro trimestre de 2018 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. Comparando-se com o primeiro trimestre de 2017, o BNB apresentou incrementos de 12,2% e 5,2%, respectivamente, no valor contratado e na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 127.911 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 696,7 milhões em 2018, o que representa acréscimos de 14,9% no valor contratado e 0,7% na quantidade de operações, em relação ao primeiro trimestre de 2017.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. Nesta modalidade foi contratado o valor de R\$ 610,6 milhões no primeiro trimestre de 2018, com 123.906 operações realizadas com agricultores familiares, representando crescimentos de 22,2% no valor contratado e de 1,4% na quantidade de operações relativos a igual período de 2017.

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de R\$ 2,6 bilhões no primeiro trimestre de 2018, contratando 1.077.443 operações em apoio aos micro empreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 268,4 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2018, em 4.627 operações, apresentando decréscimos de 49,1% no valor contratado e 64,0% na quantidade de operações.

Quanto ao resultado financeiro do BNB, houve lucro de R\$ 94,3 milhões no primeiro trimestre de 2018, sendo que o mesmo período do ano anterior o Banco apresentou prejuízo de R\$ 17,8 milhões.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Trimestres findos em 31 de Março de 2018 e de 2017
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 16- Outras Obrigações
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 17- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 8- Créditos Vinculados	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 12- Permanente	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 28 - Partes Relacionadas
	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

Notas Explicativas

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC25–Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "*pro rata temporis*".

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Notas Explicativas

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Notas Explicativas

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (em conformidade com a Lei nº 13.169 de 06.10.2015, vigorará até 31.12.2018) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de TVM, de IFD, de item objeto de *hedge*.

Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059 de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171 de 30.12.2002, esta última estabelecendo os procedimentos para reconhecimento e registro contábil, e estão suportados por estudos técnicos de capacidade de realização (nota nº 21). Aplicam-se, também, as disposições normativas da CVM no que não conflitar com as normas emanadas do CMN e Bacen.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável", além de plano de assistência médica e seguro de vida em grupo, ambos do tipo "benefício definido".

Para os planos do tipo "benefício definido" e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii)

Notas Explicativas

argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado divulgada pelo Bacen quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 31.03.2018 e 31.03.2017.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Notas Explicativas

6

Especificação	01.01 a 31.03.2018			01.01 a 31.03.2017		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas						
Receitas de Operações de Crédito	994.422	730.103	1.724.525	973.077	891.651	1.864.728
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	440.949	-	440.949	479.446	-	479.446
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	263.285	403.573	666.858	345.870	569.678	915.548
Resultado de Operações de Câmbio	(14.942)	-	(14.942)	(33.355)	-	(33.355)
Resultado de Aplicações Compulsórias	58.506	-	58.506	22.559	-	22.559
Outras Receitas	6.312	-	6.312	(6.866)	-	(6.866)
Despesas						
Despesas de Captação no Mercado	240.312	326.530	566.842	165.423	321.973	487.396
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(416.280)	(625.651)	(1.041.931)	(578.020)	(833.496)	(1.411.516)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9)	(211.277)	-	(211.277)	(319.305)	-	(319.305)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(102.818)	(385.412)	(488.230)	(39.766)	(544.042)	(583.808)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9)	(102.185)	(240.239)	(342.424)	(218.949)	(289.434)	(508.383)
Provisão Proagro a Receber	-	-	-	-	(20)	(20)
Margem Financeira	578.142	104.452	682.594	395.057	58.155	453.212
Rendas de Prestação de Serviços	55.656	512.527	568.183	102.377	465.791	568.168
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	16.974	-	16.974	16.254	-	16.254
Pasep e Cofins	(27.997)	(40.701)	(68.698)	(27.928)	(39.415)	(67.343)
Resultado após Tarifas e Comissões	622.775	576.278	1.199.053	485.760	484.531	970.291
Despesas Administrativas			(773.019)			(753.153)
Despesas de Pessoal			(463.460)			(455.911)
Depreciação e Amortização			(8.197)			(10.171)
Outras Despesas Administrativas			(301.362)			(287.071)
Outras Despesas			(169.599)			(155.110)
Despesas de Provisões, exceto Crédito Lucro antes da Tributação e Participações			(28.132)			(56.766)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			228.303			5.262
Participações no Lucro			(128.520)			(23.022)
Lucro(Prejuízo) Líquido			94.264			(17.760)

Notas Explicativas

7

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Disponibilidades em Moeda Nacional	115.145	145.271
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	12.227	16.247
Total da Disponibilidade de Caixa	127.372	161.518
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽⁷⁾	14.158.902	12.680.450
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	14.286.274	12.841.968

⁽⁷⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
a) Aplicações no Mercado Aberto	14.267.327	12.787.577
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	14.158.902	12.680.450
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	108.425	107.127
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	183.848	143.507
Aplicações em Moedas Estrangeiras	21.550	27.953
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	162.298	115.554
Total	14.451.175	12.931.084
Saldo de Curto Prazo	14.451.175	12.931.084

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	214.700	264.518
Posição Bancada	213.010	262.368
Posição Financiada	1.690	2.150
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	1.744	3.135
Total	216.444	267.653

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Títulos Disponíveis para Venda	27.514.793	26.230.001
Títulos Mantidos até o Vencimento	212.959	203.025
Diferencial a Receber- Swap	411.571	426.513
Total	28.139.323	26.859.539
Saldo de Curto Prazo	1.436.162	2.335.215
Saldo de Longo Prazo	26.703.161	24.524.324

Notas Explicativas

8

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.03.2018							Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	Faixa de Vencimento			Acima de 360 dias	Valor de Custo	Valor de Mercado			
		0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias						
Títulos de Renda Fixa	-	131.866	587.236	686.545	25.642.403	27.547.769	27.048.050	(499.719)		
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	24.165.634	24.153.578	24.165.634	12.056	2020 a 2024	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.383.008	1.250.741	1.383.008	132.267	2050	
Letras Financeiras	-	131.866	570.203	686.519	-	1.410.500	1.388.588	(21.912)	2018 a 2019	
Debêntures	-	-	16.904	-	89.824	694.160	106.728	(587.432)	2018 a 2041	
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	3.727	4.482	3.727	(755)	2027	
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	33.890	-	(33.890)	1993	
Títulos da Dívida Agrária	-	-	129	26	210	418	365	(53)	2018 a 2022	
Cotas de Fundos de Investimentos	400	-	-	-	-	2.005	400	(1.605)		
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	1.605	-	(1.605)	Sem Vencimento	
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	375	-	-	-	-	375	375	-	Sem Vencimento	
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	25	-	-	-	-	25	25	-	Sem Vencimento	
Títulos de Renda Variável	30.115	-	-	-	-	22.246	30.115	7.869		
Outros Incentivos Fiscais – Finor	148	-	-	-	-	108	148	40	Sem Vencimento	
Ações de Companhias Abertas	29.967	-	-	-	-	22.138	29.967	7.829	Sem Vencimento	
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	-	436.228	436.453	436.228	(225)		
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	420.289	419.653	420.289	636	2020 a 2023	
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	858	-	(858)	1993	
Debêntures	-	-	-	-	15.939	15.942	15.939	(3)	2019	
Total da Categoria	30.515	131.866	587.236	686.545	26.078.631	28.008.473	27.514.793	(493.680)		
Crédito Tributário (Nota 21.c)								266.335		
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								(62.928)		
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(290.273)		

Notas Explicativas

9

Especificação	31.12.2017							Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento				Valor de Custo	Acima de 360 dias	Sem Vencimento			
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						
Títulos de Renda Fixa	-	2.153.220	142.110	23.478.025	26.335.849	25.773.355	(562.494)	2018 a 2023		
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.145.941	-	21.468.104	22.598.239	22.614.045	15.806	2018 a 2023		
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	1.332.596	1.256.840	1.332.596	75.756	2050		
Letras Financeiras	-	990.275	142.084	585.742	1.754.333	1.718.101	(36.232)	2018 a 2019		
Debêntures	-	16.904	-	87.545	688.011	104.449	(583.562)	2018 a 2041		
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	3.838	4.615	3.838	(777)	2027		
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	33.396	-	(33.396)	1993		
Títulos da Dívida Agrária	-	100	26	200	415	326	(89)	2018 a 2022		
Cotas de Fundos de Investimentos	392	-	-	-	1.997	392	(1.605)			
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	1.605	-	(1.605)	Sem Vencimento		
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	362	-	-	-	362	362	-	Sem Vencimento		
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	30	-	-	-	30	30	-	Sem Vencimento		
Títulos de Renda Variável	26.870	-	-	-	22.247	26.870	4.623			
Outros Incentivos Fiscais – Finor	171	-	-	-	109	171	62	Sem Vencimento		
Ações de Companhias Abertas	26.699	-	-	-	22.138	26.699	4.561	Sem Vencimento		
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	429.384	429.490	429.384	(106)			
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	413.770	413.041	413.770	729	2020 a 2023		
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	845	-	(845)	1993		
Debêntures	-	-	-	15.614	15.604	15.614	10	2019		
Total da Categoria	27.262	2.153.220	142.110	23.907.409	26.789.583	26.230.001	(559.582)			
Crédito Tributário (Nota 21.c)							270.294			
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)							(39.987)			
Total do Ajuste a Valor de Mercado							(329.275)			

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 258.535 (R\$254.543 em 31.12.2017); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.941 (R\$2.896 em 31.12.2017); Garantias em Processos Judiciais R\$ 148.128 (R\$ 145.732 em 31.12.2017); e Demais Garantias R\$ 26.624 (R\$ 26.213 em 31.12.2017).

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Os referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001. Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 493.681) ((R\$559.582) em 31.12.2017). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 290.274) ((R\$ 329.275) em 31.12.2017).

Notas Explicativas

10

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.03.2018							Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento			Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento		
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias				Acima de 360 dias	
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	212.960	158.804			
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	169.280	115.124	2030		
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	8.799	8.799	2019		
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	11.938	11.938	2023		
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	1.140	1.140	2025		
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	12.579	12.579	2020		
Nordeste III FIP	-	-	-	9.223	9.223	2022		
Total da Categoria	-	-	-	212.959	158.803			

Especificação	31.12.2017							Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento			Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento		
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias				Acima de 360 dias	
Títulos de Renda Fixa	-	12.624	-	190.401	139.857			
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	166.832	103.664	2030		
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	10.240	10.240	2019		
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	11.218	11.218	2023		
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	958	958	2025		
FIP Brasil Agronegócios	-	12.624	-	-	12.624	2018		
Nordeste III FIP	-	-	-	1.153	1.153	2022		
Total da Categoria	-	12.624	-	190.401	139.857			

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Notas Explicativas

a.4) No 1º Trimestre de 2018 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A (Brasil Bolsa Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	214.700	264.518
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	1.744	3.135
Títulos de Renda Fixa	450.414	647.444
Títulos de Renda Variável	-	451
Total	666.858	915.548

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.03.2018, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na B3 S.A., estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nominal) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.03.2018							
Especificação	Valor Nominal	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado	Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Negativo	
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	411.571	-	419.541	-	7.970	(7.970)
Posição Passiva							
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	411.571	-	419.541	-	7.970	(7.970)
Provisão para Crédito Tributário (Nota 21.c)							3.188

Composição em 31.12.2017							
Especificação	Valor Nominal	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado	Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	426.513	-	413.894	-	12.619	12.619
Posição Passiva							
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	426.513	-	413.894	-	12.619	12.619
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)							5.048

Notas Explicativas

Especificação	31.03.2018		31.12.2017	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	-	-	-	-
1 a 3 anos	411.571	-	426.513	-
3 a 5 anos	-	-	-	-
Total	411.571	-	426.513	-

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.03.2018				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.014.954	595.413	1.006.984	595.413	(7.970)
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds</i> – <i>Senior Unsecured Notes</i>	1.014.832		1.006.987		(7.845)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)					3.138

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 2.528, sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2017				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	999.154	585.260	1.011.773	585.260	12.619
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds</i> – <i>Senior Unsecured Notes</i>	999.274		1.011.786		12.512
Crédito Tributário (Nota 21.c)					5.004

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 982, sobre os juros da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas ao hedge foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds* – *Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
<i>Swap</i>	(14.942)	(33.355)
Total	(14.942)	(33.355)

Notas Explicativas

NOTA 8 – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.03.2018			31.12.2017		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	481.564	-	481.564	382.760	-	382.760
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	135.597	-	135.597	123.558	-	123.558
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	75.809	(8.205)	67.604	74.821	(8.182)	66.639
Total	692.970	(8.205)	684.765	581.139	(8.182)	572.957
Saldo de Curto Prazo	617.161	-	617.161	506.318	-	506.318
Saldo de Longo Prazo	75.809	(8.205)	67.604	74.821	(8.182)	66.639

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	5.347	3.352
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	988	1.182
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	-	14
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(23)	(11.414)
Total	6.312	(6.866)

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.03.2018		31.12.2017	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	9.684.267	(910.135)	10.044.514	(945.061)
Curto Prazo	4.494.887	(668.744)	4.676.166	(492.465)
Longo Prazo	5.189.380	(241.391)	5.368.348	(452.596)
Outras Rubricas com Características de Crédito	923.094	(6.387)	913.565	(5.788)
Curto Prazo (Nota 10.e)	922.732	(6.387)	911.561	(5.788)
Longo Prazo	362	-	2.004	-
Total	10.607.361	(916.522)	10.958.079	(950.849)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Adiantamentos a Depositantes	766	374
Empréstimos	4.520.371	4.749.224
Direitos Creditórios Descontados	22.097	33.978
Financiamentos	1.794.155	1.919.829
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	53.191	60.186
Financiamentos Agroindustriais	7.994	9.303
Financiamentos Rurais	1.324.240	1.394.921
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.961.210	1.876.456
Subtotal de Operações de Crédito	9.684.267	10.044.514
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	22.335	11.204
Devedores por Compra de Valores e Bens	940	1.311
Títulos e Créditos a Receber (Nota 10)	44.674	50.221
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	855.145	850.829
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	923.094	913.565
Total	10.607.361	10.958.079

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
Empréstimos e Títulos Descontados	216.340	263.608
Financiamentos	123.022	154.271
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	69.966	42.295
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	31.621	19.269
Outros Valores	-	3
Total	440.949	479.446

Notas Explicativas

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2018	Total em 31.12.2017
Rural	4.326	574	3.495	3.494	18.285	1.254.221	1.284.395	1.358.054
Indústria	32.034	65.008	52.843	268.260	547.632	1.566.591	2.532.368	2.619.697
Governo	10.054	9.996	10.064	51.742	60.384	501.065	643.305	643.537
Outros Serviços	134.098	140.219	81.137	171.657	235.625	1.222.233	1.984.969	1.927.209
Comércio	728.405	609.369	488.770	767.495	281.998	226.992	3.103.029	3.534.436
Intermediários Financeiros	41	31	28	82	161	459	802	864
Habitação	84	42	35	59	62	283	565	586
Pessoas Físicas	25.953	11.665	8.064	14.377	12.227	13.313	85.599	91.732
Total 31.03.2018	934.995	836.904	644.436	1.277.166	1.156.374	4.785.157	9.635.032	
Total 31.12.2017	927.127	781.795	710.307	1.305.713	1.381.809	5.121.364		10.228.115

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas						Total em 31.03.2018	Total em 31.12.2017
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	36	13	67	244	3.043	2.215	5.618	1.877
Indústria	5.754	5.664	5.880	16.624	28.825	128.177	190.924	162.846
Outros Serviços	5.775	5.314	7.245	12.712	23.838	69.458	124.342	171.116
Comércio	21.651	14.451	10.893	20.929	49.364	202.190	319.478	140.626
Pessoas Físicas	236	308	284	698	907	2.250	4.683	4.203
Total 31.03.2018	33.452	25.750	24.369	51.207	105.977	404.290	645.045	
Total 31.12.2017	81.118	19.702	16.135	43.242	70.402	250.069		480.668

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 31.03.2018	Total em 31.12.2017
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias ⁽²⁾		
Rural	1	183	43	880	1.735	1.346	37.864	42.052	44.020
Indústria	1.091	5.255	14.757	3.407	9.145	8.304	65	42.024	34.726
Outros Serviços	2.740	3.663	64.024	3.204	10.406	16.270	143	100.450	53.102
Comércio	9.383	15.949	16.258	11.538	51.102	27.757	216	132.203	106.005
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Habitação	-	-	-	-	-	173	-	173	247
Pessoas Físicas	73	824	1.206	913	2.397	4.813	157	10.383	11.194
Total 31.03.2018	13.288	25.874	96.288	19.942	74.785	58.663	38.445⁽¹⁾	327.285	
Total 31.12.2017	5.585	17.446	24.552	25.154	61.296	72.408	42.855⁽¹⁾		249.296

⁽¹⁾ Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998.

⁽²⁾ Classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.03.2018				31.12.2017			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.559.696	-	3.559.696	-	4.112.754	-	4.112.754	-
A	4.393.234	-	4.393.234	(21.966)	4.112.276	-	4.112.276	(20.561)
B	1.057.256	47.235	1.104.491	(11.045)	1.073.569	30.020	1.103.589	(11.037)
C	181.527	57.121	238.648	(7.159)	98.991	34.045	133.036	(3.992)
D	206.741	60.047	266.788	(26.679)	365.755	28.980	394.735	(39.473)
E	32.224	79.880	112.104	(33.631)	61.102	38.088	99.190	(29.757)
F	14.881	153.730	168.611	(84.306)	21.902	236.755	258.657	(129.328)
G	47.082	59.762	106.844	(74.791)	50.870	39.600	90.470	(63.329)
H	145.069	511.876	656.945	(656.945) ⁽²⁾	330.896	322.476	653.372	(653.372) ⁽²⁾
Total	9.637.710	969.651	10.607.361	(916.522)	10.228.115	729.964	10.958.079	(950.849)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

⁽²⁾ Contempla os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebatido e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	950.849	1.431.088
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	102.129	543.965
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(136.456)	(1.024.204)

Notas Explicativas

(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	916.522	950.849
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.238	28.824
(+) Constituição de Provisão no Período	55	1.215
(-) Reversão de Provisão no Período	-	(2.801)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	27.293	27.238
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	943.815	978.087

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	99.574	215.706
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	2.555	3.150
(+) Reversão de Provisões Operacionais	-	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	102.129	218.856
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	56	134
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	(41)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4)	102.185	218.949

f) Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2018		31.12.2017	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Vinculados ao Comércio Internacional de Mercadorias	1.457	-	2.234	-
Outras Fianças Bancárias	450	-	450	-
Setor Público	21.347.004	(3.174.331)	21.491.232	(3.084.589)
FDNE (Notas 16.i e 22.f.2)	128.783	(639)	127.239	(636)
FNE (Notas 16.i e 22.f.2)	21.216.238	(3.173.692)	21.363.190	(3.083.953)
Proagro	1.983	-	803	-

g) Concentração de Crédito

Especificação	31.03.2018		31.12.2017	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.227.001	20,99	2.270.716	20,72
50 maiores devedores	4.436.048	41,82	4.377.577	39,95
100 maiores devedores	5.084.893	47,94	5.002.911	45,65

h) No 1º trimestre de 2018, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 31.621 (R\$ 19.269 em 31.03.2017) e as renegociações totalizaram R\$ 67.594 (R\$ 180.596 em 31.12.2017).

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	898.200	885.164
b) Rendas a Receber	19.523	16.480
c) Negociação e Intermediação de Valores	12	12
d) Diversos	3.281.079	3.325.879
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.c)	1.323.347	1.328.513
Créditos Tributários - Provisões Atuariais (Nota 21.c)	683.174	681.067
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2, 7.c e 21.c)	269.523	275.298
Devedores por Depósitos em Garantia	370.943	352.207
Impostos e Contribuições a Compensar	97.233	74.244
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1)	44.674	50.221
Adiantamentos e Antecipações Salariais	36.390	2.379
Pagamentos a Ressarcir	13.796	14.267
Valores a Receber Bônus Rebate	291.143	282.358
Outros Valores	124.108	238.577
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(33.680)	(33.026)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(6.387)	(5.788)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.293)	(27.238)
Total	4.165.134	4.194.509
Saldo de Curto Prazo	2.056.065	2.115.657
Saldo de Longo Prazo	2.109.069	2.078.852

Notas Explicativas

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Ativo – Outros Créditos (Nota 10)	898.200	885.164
Câmbio Comprado a Liquidar	871.375	865.655
Direitos sobre Vendas de Câmbio	4.898	8.502
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(408)	(197)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	22.335	11.204
Ativo Circulante (Nota 10)	898.200	885.164
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	4.894	9.318
Obrigações por Compras de Câmbio	855.145	851.617
Câmbio Vendido a Liquidar	4.894	8.530
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(855.145)	(850.829)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	4.894	9.318

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
Rendas de Câmbio	58.779	22.745
Despesas de Câmbio	(273)	(186)
Total	58.506	22.559

Notas Explicativas

17

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2017		01.01.2018 a 31.03.2018		31.03.2018	
	Saldo Contábil	Adições	Movimentações Baixas	Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
Ações e Cotas	331	-	-	331	331	331
Bens Artísticos e Valiosos	1.260	-	-	1.260	1.260	1.260
Total	1.591	-	-	1.591	1.591	1.591

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2017		01.01.2018 a 31.03.2018				31.03.2018	
	Saldo Contábil	Adições	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
			Baixas	Depreciação				
Edificações	72.802	-	-	(1.647)	71.155	259.309	(188.154)	71.155
Sistema de Processamento de Dados	33.077	906	(742)	(4.348)	28.893	148.507	(119.614)	28.893
Móveis e Equipamentos de Uso	27.048	1.514	(108)	(1.266)	27.188	77.360	(50.172)	27.188
Terrenos	17.576	-	-	-	17.576	17.576	-	17.576
Instalações	4.417	-	(1)	(266)	4.150	19.152	(15.002)	4.150
Sistema de Comunicação	45	-	-	(3)	42	268	(226)	42
Sistema de Segurança	6.635	77	(42)	(314)	6.356	18.684	(12.328)	6.356
Sistema de Transporte	1.640	-	-	(351)	1.289	14.332	(13.043)	1.289
Total	163.240	2.497	(893)	(8.195)	156.649	555.188	(398.539)	156.649

c) Intangível

Especificação	31.12.2017		01.01.2018 a 31.03.2018		31.03.2018	
	Saldo Contábil	Adições	Movimentações Baixas	Amortização	Valor de Custo	Saldo Contábil
Gastos com Intangíveis em Elaboração	19.948	-	-	-	19.948	19.948
Total	19.948	-	-	-	19.948	19.948

Em 31.03.2018 e 31.12.2017, não houve registro de *impairment* sobre o Ativo Permanente.

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2018	Total em 31.12.2017
Depósitos a Vista	261.200	-	-	-	-	-	261.200	239.932
Depósitos de Poupança	2.173.416	-	-	-	-	-	2.173.416	2.277.515
Depósitos Interfinanceiros	944.557	530.866	30.819	-	-	-	1.506.242	1.582.889
Depósitos a Prazo	805.382	835.122	4.344.577	710.416	1.111.992	18.631	7.826.120	7.707.846
Depósitos a Prazo	160.252	798.372	2.701.070	605.404	990.180	18.631	5.273.909	5.287.894
Depósitos Judiciais com Remuneração	636.445	-	-	-	-	-	636.445	562.981
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	219	1.582.936	69.017	69.016	-	1.721.188	1.649.735
FAT - Recursos Disponíveis	2.146	5.971	10.276	6.106	4.246	-	28.745	37.481
FAT - Recursos Aplicados	6.539	17.515	50.295	29.889	20.781	-	125.019	142.452
Outros	-	13.045	-	-	27.769	-	40.814	27.303
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	23.131	161.022	989.295	-	-	-	1.173.448	1.189.269
Eurobonds	20.220	-	989.295	-	-	-	1.009.515	1.012.769
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	2.911	161.022	-	-	-	-	163.933	176.500
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	2.243.380	2.243.380	2.205.468
Total em 31.03.2018	4.207.686	1.527.010	5.364.691	710.416	1.111.992	3.262.011	16.183.806	
Total em 31.12.2017	3.831.276	1.764.036	5.454.438	792.901	1.130.070	3.230.198		16.202.919

Notas Explicativas

b) Depósitos

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Depósitos a Vista	261.200	239.932
Depósitos de Governos	9.074	5.985
Depósitos Vinculados	94.066	93.751
Pessoas Jurídicas	125.209	108.855
Pessoas Físicas	32.477	30.611
Outros Valores	374	730
Depósitos de Poupança	2.173.416	2.277.515
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.455.679	1.482.561
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	717.007	794.209
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	730	745
Depósitos Interfinanceiros	1.506.242	1.582.889
Depósitos a Prazo	7.826.120	7.707.846
Depósitos a Prazo	5.273.909	5.287.894
Depósitos Judiciais com Remuneração	636.445	562.981
Outros Depósitos a Prazo	1.915.766	1.856.971
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 26 e Nota 28)	153.764	179.933
Recursos Disponíveis (Nota 26)	28.745	37.481
Proger Urbano	686	948
Protrabalho	8.909	15.597
Infraestrutura	14.971	15.736
PNMPO	4.179	5.200
Recursos Aplicados (Nota 26)	125.019	142.452
Proger Urbano	10.364	10.619
Protrabalho	24.776	31.784
Infraestrutura	19.141	26.847
PNMPO	70.738	73.202
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	1.721.188	1.649.735
Outros Valores	40.814	27.303
Total	11.766.978	11.808.182
Saldo de Curto Prazo	5.550.543	5.410.955
Saldo de Longo Prazo	6.216.435	6.397.227

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Carteira Própria	829.604	879.320
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	829.604	879.320
Carteira de Terceiros	108.425	107.127
Letras do Tesouro Nacional (LTN)		107.127
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	108.425	-
Total	938.029	986.447
Saldo de Curto Prazo	929.605	983.405
Saldo de Longo Prazo	8.424	3.042

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
Despesas de Captações	(195.747)	(290.907)
Depósitos a Prazo	(82.358)	(168.466)
Depósitos de Poupança	(20.401)	(26.908)
Depósitos Judiciais	(8.914)	(13.881)
Depósitos Interfinanceiros	(10.512)	(11.607)
Depósitos Especiais	(27.642)	(19.886)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(42.876)	(47.029)
Outros Depósitos	(3.044)	(3.130)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(15.530)	(28.398)
Carteira de Terceiros	(1.690)	(2.150)
Carteira Própria	(13.840)	(26.248)
Total	(211.277)	(319.305)

Notas Explicativas

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2018	Total em 31.12.2017
Empréstimos no Exterior	165.559	778.581	-	-	-	-	944.140	951.482
Repasses do País	47.422	132.599	340.272	357.838	495.806	97.441	1.471.378	1.520.571
Repasses do Exterior	50.665	92.933	184.117	185.927	101.845	-	615.487	635.225
Total em 31.03.2018	263.646	1.004.113	524.389	543.765	597.651	97.441	3.031.005	
Total em 31.12.2017	239.544	1.016.971	530.901	544.101	671.879	103.882		3.107.278

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2018	31.12.2017
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	944.140	951.482
Total		944.140	951.482
Saldo de Curto Prazo		944.140	951.,482

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2018	31.12.2017
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	456	450
BNDDES		1.392.142	1.435.506
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 1,5 a 11,10/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA +	1.028.062	1.065.137
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	9,41/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	364.080	370.369
Finame		78.780	84.615
Programa Automático	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/Variação Cambial +	58.306	63.575
Programa Agrícola	2,00 a 4,00	20.474	21.040
Total (Nota 28.a.1)		1.471.378	1.520.571
Saldo de Curto Prazo		180.021	161.679
Saldo de Longo Prazo		1.291.357	1.358.892

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2018	31.12.2017
BID-Prodetur I	USD + 4,40	194.951	191.947
BID-Prodetur II	USD + 2,65	415.095	437.340
BID-Outros Programas	USD + 2,65	5.441	5.938
Total		615.487	635.225
Saldo de Curto Prazo		143.598	143.354
Saldo de Longo Prazo		471.889	491.871

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 31.03.2018	01.01. a 31.03.2017
Despesas de Obrigações por Repasses	(68.800)	(56.887)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(33.144)	(35.694)
Tesouro Nacional	(6)	(5)
BNDDES	(32.171)	(34.572)
Finame	(967)	(1.117)
Despesas de Repasses do Exterior	(35.656)	(21.193)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(52.423)	(17.836)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(367.007)	(509.085)
Total	(488.230)	(583.808)

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.03.2018 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.03.2018 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2017 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	1.012.769	4,375	300.000	1.017.360	1.009.515	1.012.769
Total				300.000	1.017.360	1.009.515	1.012.769
Saldo de Curto Prazo						20.220	7.857
Saldo de Longo Prazo						989.295	1.004.912

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Conforme Nota 7.c.1, as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.03.2018	31.12.2017
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	81,24 CDI	160.894	163.933	176.500
Saldo de Curto Prazo			163.933	176.500

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 238 dias.

Notas Explicativas

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	43.649	1.453
Recursos do Proagro	550	171
Recebimento de Tributos Federais	40.885	26
IOF a Recolher	664	775
Outros Tributos e Assemelhados	1.550	481
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	4.894	9.318
c) Sociais e Estatutárias	145.104	138.114
Dividendos e Bonificações a Pagar	95.692	94.222
Participações nos Lucros	49.412	43.892
d) Fiscais e Previdenciárias	390.005	346.156
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	189.140	164.858
TVM e IFD (Nota 21.d)	62.928	45.035
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.d)	-	144
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de <i>Hedge</i> (Nota 21.d)	126.212	119.679
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	123.008	92.554
Imposto de Renda	67.052	49.047
Contribuição Social	55.956	43.507
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	77.857	88.744
e) Negociação e Intermediação de Valores	153	153
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	25.900.522	23.528.778
FNE (Nota 28.a.1)	24.979.191	22.599.975
Outros Valores	921.331	928.803
g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 17 e 28.a.1)	1.000.000	1.000.000
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 18 e 28.a.1)	2.243.380	2.205.468
i) Diversas	6.263.241	6.178.307
Provisão para Contingências	376.590	332.084
Trabalhistas (Nota 22.f.1.ii)	177.118	169.253
Cíveis (Nota 22.f.1.iii)	132.130	116.349
Outras (Nota 22.f.1.iv)	33.507	33.154
Fiscais (Nota 22.f.1.i)	14.463	13.328
Dividendos e JCP	19.372	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22.f.2)	3.174.331	3.084.588
FNE (Nota 9.f)	3.173.692	3.083.952
Repasses	1.447	1.137
Risco Integral BNB	79.948	87.599
Risco Compartilhado	3.092.297	2.995.216
FDNE (Nota 9.f)	639	636
Passivos Atuariais	1.919.820	1.900.021
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 24.b e 28.a.2)	403.618	411.216
Plano de Assistência Médica (Notas 24.b e 28.a.2)	1.379.850	1.354.238
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 24.b e 28.a.2)	136.352	134.567
Provisão para Pagamentos a Efetuar	497.810	441.475
Despesa de Pessoal	191.591	181.764
Outros Valores	84.803	67.238
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	221.416	192.473
Outros Valores	294.690	420.139
Total	35.990.948	33.407.747
Saldo de Curto Prazo	4.229.834	13.791.594
Saldo de Longo Prazo	31.761.114	19.616.153

NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Notas Explicativas

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2018	31.12.2017
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	1.000.000	1.000.000
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.000.000

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ⁽¹⁾	2.243.380	2.205.467
Recursos disponíveis	1.624.079	1.734.734
Recursos aplicados	619.301	470.734
Total (Notas 16.h e 28.a.1)	2.243.380	2.205.468

⁽¹⁾ São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2017), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	31.03.2018		31.12.2017	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
Acionistas				
União Federal	44.049.447	51,00	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.205.568	34,97	30.207.318	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.217.900	7,20	6.220.150	7,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45	3.846.968	4,45
Outros	2.051.581	2,38	2.047.581	2,38
Total	86.371.464	100,00	86.371.464	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 11.592 (R\$ 11.769 em 31.12.2017) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No período, houve transferência de R\$ 177 (R\$ 3.129 em 31.12.2017) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

c) Dividendos/JCP

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 26.03.2018, foi aprovada a distribuição de Dividendos complementares do exercício findo em 31.12.2017, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), no montante de R\$ 94.013.

No trimestre, houve a constituição de Dividendos, sob a forma de JCP, no importe de R\$ 19.373.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	39.001 ⁽¹⁾	53.597 ⁽¹⁾
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefício Pós-Emprego)	(1.331) ⁽¹⁾	(398.408) ⁽¹⁾
Ajuste de Avaliação Patrimonial	37.670	(344.811)

⁽¹⁾ valores líquidos dos efeitos tributários

Notas Explicativas**NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais**

Especificação	01.01. a 31.03.2018	01.01. a 31.03.2017
a) Receitas de Prestação de Serviços	568.183	568.168
Administração de Fundos de Investimentos	9.324	8.016
Administração de Fundos e Programas	456.183	471.331
Prestação de Serviços	102.676	88.821
b) Rendas de Tarifas Bancárias	16.974	16.254
c) Despesas de Pessoal	(463.460)	(455.911)
Proventos	(264.514)	(269.864)
Encargos Sociais	(94.605)	(95.729)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(25.310)	(24.602)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(36.661)	(23.140)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(2.852)	(2.577)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(39.518)	(39.999)
d) Outras Despesas Administrativas	(309.559)	(297.242)
Processamento de Dados	(63.559)	(64.273)
Propaganda e Publicidade	(5.554)	(2.353)
Serviços de Terceiros	(138.220)	(115.403)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(17.795)	(20.262)
Viagens	(3.655)	(3.080)
Comunicações	(5.758)	(8.712)
Depreciação e Amortização	(8.197)	(10.171)
Manutenção e Conservação de Bens	(11.858)	(12.159)
Vigilância, Segurança e Transporte	(23.016)	(22.851)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(2.836)	(2.926)
Serviços do Sistema Financeiro	(6.888)	(11.653)
Serviços Técnicos Especializados	(7.868)	(7.930)
Seguros	(452)	(522)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(9.618)	(10.753)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(443)	(606)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(1.405)	(1.509)
Outros Valores	(2.437)	(2.079)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)	(76.971)	(75.095)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(68.698)	(67.379)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.449)	(6.748)
Outros Valores	(824)	(968)
f) Outras Receitas Operacionais	565.667	489.242
"Del credere" de Fundos Administrados	327.900	323.471
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	69.563	69.205
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	43.680	47.940
Variação Cambial Negativa Reclassif Despesa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	2.187	2.631
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	665	413
Recuperação de Encargos e Despesas	1.140	1.129
Reversão de Provisões Operacionais	4.381	5.517
Juros e Comissões	323	135
Correção Monetária	331	509
Resultado da Marcação a Mercado	-	3.604
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	111.473	19.301
Outros Valores	4.024	15.387
g) Outras Despesas Operacionais	(429.697)	(493.578)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(493)	(156)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(67.967)	(72.603)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(16)	-
Descontos Concedidos em Renegociações	(19.213)	(4.223)
Encargos de Operações de Crédito	(1.877)	(3.502)
Riscos Fiscais	(1.134)	(3.677)
Riscos com Operações do FNE	(240.239)	(289.454)
Riscos com Operações do FDNE	(3)	(525)
Causas Trabalhistas	(9.595)	(7.314)
Causas Cíveis	(16.651)	(45.731)
Outras Causas	(752)	(44)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(28.943)	-
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(25.810)	(42.394)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(12.103)	(13.033)
Outros Valores	(4.901)	(10.922)
Total	(128.863)	(248.162)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	228.303	5.262	228.303	5.262
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(5.519)	-	(5.519)	-
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(19.373)	-	(19.373)	-
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	203.411	5.262	203.411	5.262
Adições/Exclusões Permanentes	(15.194)	(10.714)	(15.481)	(10.671)
Adições/Exclusões Temporárias	91.851	28.713	91.851	28.713
Resultado Tributável	280.068	23.261	279.781	23.304
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(70.011)	(5.809)	(55.956)	(4.661)
Deduções (Incentivos Fiscais)	2.960	549	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	80	(1.026)	64	(821)
Provisão de Tributos sobre Ajustes de LPA	(66.971)	(6.286)	(55.892)	(5.482)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(1.168)	(1.429)	(319)	(794)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(68.139)	(7.715)	(56.211)	(6.276)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	5.250	3.097	(9.420)	(12.128)
Total de IRPJ/CSLL	(62.889)	(4.618)	(65.631)	(18.404)
Alíquota Efetiva (%)	30,92	87,76	32,27	349,75
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	66.971	49.350	55.892	43.749
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	80	(303)	64	(242)
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	67.052	49.047	55.956	43.507
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(42.059)	(31.406)	(26.488)	(28.154)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	24.993	17.641	29.468	15.353

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	31.03.2018	31.03.2017
Resultado Antes dos Tributos e Participações	228.303	5.262
Encargo total de 45% - IRPJ (25%) e CSLL (20%)	(102.736)	(2.368)
Demonstrativo de Carga Tributária:		
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(128.520)	(23.022)
Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes:	25.784	20.654
PLR/JCP	(11.201)	-
Ganhos e Perdas Atuariais	(281)	(341)
Outras Rendas / FNE/Del Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9º-A	(3.481)	(3.668)
Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras Causas)	11.322	9.656
Diferenças Temporárias sobre Provisões Atuariais	4.571	(236)
Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos	19.174	876
Recuperação da MP-517 - receitas renegociadas mas não recebidas	(854)	(193)
Diferença de Alíquota - CSLL (de 20% para 15%)	13.753	14.428
Receitas Tributadas em Meses Anteriores	(5.524)	-
Demais (Incentivos Fiscais, Adições/Exclusões Permanentes)	(1.695)	132
Total da Carga Tributária Conciliada	(102.736)	(2.368)

Notas Explicativas

c) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os Créditos tributários de IRPJ e CSLL oriundos de diferenças temporárias das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Provisões para Benefícios Pós-Emprego são registrados conforme disposições das principais normas, quais sejam: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002, Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002 e Instrução Normativa CVM nº 371, de 27.06.2002 e são fundamentados em Estudos Técnicos sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, realizados semestralmente.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Quanto aos créditos tributários sobre Provisões para Passivos Contingentes (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais) - Conforme preconiza o artigo 1º, inciso II, da Resolução CMN nº 3.059, de 20.12.2002, para o registro contábil dos créditos tributários é necessário que haja expectativa de realização dos mesmos no prazo máximo de 10 (dez) anos. Por não haver um horizonte do desenlace das questões relacionadas aos processos judiciais que estiverem provisionados, o Banco, por prudência, não realiza constituição de Ativo Fiscal Diferido sobre estas provisões.

Especificação	31.03.2018		31.12.2017		31.03.2018	31.12.2017
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	802.220	526.293	939.423	655.350	1.328.513	1.594.773
Constituição	111.154	91.161	37.278	22.755	202.315	60.033
Realização/Reversão	(107.616)	(99.865)	(174.481)	(151.812)	(207.481)	(326.293)
Saldo Final (Nota 10.d)	805.758	517.589	802.220	526.293	1.323.347	1.328.513
b) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	420.996	260.072	328.578	209.065	681.068	537.643
Constituição	11.163	6.697	149.189	52.002	17.860	201.191
Realização/Reversão	(8.752)	(7.002)	(32.093)	(25.674)	(15.754)	(57.767)
Saldo Final (Nota 10.d)	423.407	259.767	420.995	260.072	683.174	681.067
c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	1.993	1.195	27	16	3.188	43
Realização/Reversão	-	-	(27)	(16)	-	(43)
Saldo Final (Nota 7.c)	1.993	1.195	-	-	3.188	-
d) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	3.128	1.876	2.632	1.579	5.004	4.211
Constituição	2.023	1.215	7.039	4.223	3.238	11.262
Realização/Reversão	(5.151)	(3.091)	(6.543)	(3.926)	(8.242)	(10.469)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	-	-	3.128	1.876	-	5.004
Efeito no Patrimônio Líquido						
e) TVM						
Saldo Inicial	164.744	105.550	174.065	110.746	270.294	284.811
Constituição	11.716	7.428	101.904	70.083	19.144	171.987
Realização/Reversão	(13.955)	(9.148)	(111.225)	(75.279)	(23.103)	(186.504)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	162.505	103.830	164.744	105.550	266.335	270.294

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
1. Total das Diferenças Temporárias	6.332.971	6.244.779	6.332.971	6.244.779
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.583.243	1.561.195	1.240.022	1.222.085
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.229.165	1.223.216	777.356	786.364
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	164.498	167.872	105.025	107.426
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.393.663	1.391.088	882.381	893.790
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	189.580	170.107	357.641	328.295

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Notas Explicativas

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa-PCLD, na posição de 31.03.2018, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,37	170.645	165.031	136.516	132.024	307.161	297.055
2019	7,84	259.622	231.945	155.773	139.167	415.395	371.112
2020	8,08	80.191	66.219	48.115	39.731	128.306	105.950
2021	7,94	58.176	44.456	34.905	26.674	93.081	71.130
2022	7,93	108.359	76.693	65.016	46.016	173.375	122.709
2023	7,93	67.656	44.350	40.594	26.610	108.250	70.960
2024	7,93	17.766	10.786	10.659	6.472	28.425	17.258
2025	7,93	15.941	8.964	9.564	5.378	25.505	14.342
2026	7,93	14.177	7.383	8.506	4.430	22.683	11.813
2027	7,93	10.781	5.200	6.468	3.120	17.249	8.320
Acima de 2027	7,93	2.444	1.573	1.473	946	3.917	2.519
Total		805.758	662.600	517.589	430.568	1.323.347	1.093.168

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões Atuariais, na posição de 31.03.2018, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,37	28.624	27.684	22.900	22.147	51.524	49.831
2019	7,84	38.679	34.555	23.207	20.732	61.886	55.287
2020	8,08	39.757	32.830	23.854	19.698	63.611	52.528
2021	7,94	40.717	31.114	24.430	18.669	65.147	49.783
2022	7,93	41.662	29.487	24.997	17.692	66.659	47.179
2023	7,93	42.648	27.956	25.589	16.774	68.237	44.730
2024	7,93	43.670	26.514	26.202	15.908	69.872	42.422
2025	7,93	44.600	25.079	26.760	15.047	71.360	40.126
2026	7,93	45.584	23.740	27.350	14.244	72.934	37.984
2027	7,93	46.302	22.334	27.781	13.401	74.083	35.735
Acima de 2027	7,93	11.164	7.180	6.697	4.308	17.861	11.488
Total		423.407	288.473	259.767	178.620	683.174	467.093

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e de Item Objeto de *Hedge* apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	31.634	31.634	25.307	25.307	56.941	56.941
2019	3.923	3.923	2.353	2.353	6.276	6.276
2020	115	115	69	69	184	184
2021	416	416	250	250	666	666
2022	183	183	110	110	293	293
2023	149	149	90	90	239	239
2024	7	7	4	4	11	11
Acima de 2027	128.071	128.071	76.842	76.842	204.913	204.913
Total	164.498	164.498	105.025	105.025	269.523	269.523

Notas Explicativas

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.03.2018 estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil ⁽²⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	230.903	224.349	184.723	179.478	415.626	403.827
2019	302.224	270.423	181.333	162.252	483.557	432.675
2020	120.063	99.164	72.038	59.498	192.101	158.662
2021	99.309	75.986	59.585	45.593	158.894	121.579
2022	150.204	106.363	90.123	63.818	240.327	170.181
2023	110.453	72.455	66.273	43.474	176.726	115.929
2024	61.443	37.307	36.865	22.384	98.308	59.691
2025	60.541	34.043	36.324	20.425	96.865	54.468
2026	59.761	31.123	35.856	18.674	95.617	49.797
2027	57.083	27.534	34.249	16.521	91.332	44.055
Acima de 2027	141.679	136.824	85.012	82.096	226.691	218.920
Total	1.393.663	1.115.571	882.381	714.213	2.276.044	1.829.784

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2018

⁽²⁾ Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.03.2018		31.12.2017		31.03.2018	31.12.2017
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	3.155	1.893	2.661	1.597	5.048	4.258
Constituição	1.996	1.197	6.983	4.190	3.193	11.173
Realização/Reversão	(5.151)	(3.090)	(6.489)	(3.894)	(8.241)	(10.383)
Saldo Final (Nota 7.c e 16.d)	-	-	3.155	1.893	-	5.048
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	80	64	1.281	1.024	144	2.305
Constituição	-	-	25	20	-	45
Realização/Reversão	(80)	(64)	(1.226)	(980)	(144)	(2.206)
Saldo Final (Nota 16.d)	-	-	80	64	-	144
c) Decorrentes de Créditos Recuperados⁽¹⁾						
Saldo Inicial	73.219	46.460	61.352	40.761	119.679	102.113
Constituição	2.361	1.122	12.288	6.903	3.483	19.191
Realização/Reversão	-	(88)	(421)	(1.204)	(88)	(1.625)
Saldo Final (Nota 16.d)	75.580	47.494	73.219	46.460	123.074	119.679
d) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	1.961	1.177	-	-	3.138	-
Realização/Reversão	-	-	-	-	-	-
Saldo Final (Nota 16.d)	1.961	1.177	-	-	3.138	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	24.848	15.139	12.311	8.359	39.987	20.670
Constituição	54.864	33.341	261.377	157.598	88.205	418.975
Realização/Reversão	(40.628)	(24.636)	(248.840)	(150.818)	(65.264)	(399.658)
Saldo Final (Nota 7.a.2 e Nota 16.d)	39.084	23.842	24.848	15.139	62.928	39.987

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	1.967	1.967	1.574	1.574	3.541	3.541
2019	1.972	1.972	1.184	1.184	3.156	3.156
2022	539	539	323	323	862	862
2023	3.500	3.500	2.100	2.100	5.600	5.600
Acima de 2027	33.067	33.067	19.840	19.839	52.907	52.906
Total	41.045	41.045	25.021	25.020	66.066	66.065

Notas Explicativas

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,37	10.739	10.386	8.591	8.308	19.330	18.694
2019	7,84	12.185	10.886	7.311	6.531	19.496	17.417
2020	8,08	10.707	8.841	6.424	5.305	17.131	14.146
2021	7,94	7.638	5.837	4.583	3.502	12.221	9.339
2022	7,93	7.129	5.045	4.277	3.027	11.406	8.072
2023	7,93	6.570	4.307	3.942	2.584	10.512	6.891
2024	7,93	5.640	3.424	3.384	2.055	9.024	5.479
2025	7,93	5.314	2.988	3.189	1.793	8.503	4.781
2026	7,93	2.005	1.044	1.203	627	3.208	1.671
2027	7,93	1.624	783	974	470	2.598	1.253
Acima de 2027	7,93	6.029	3.878	3.616	2.327	9.645	6.205
Total		75.580	57.419	47.494	36.529	123.074	93.948

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2018.

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, previstos para baixa, na posição de 31.03.2018, estão a seguir demonstrados:

Total dos Passivos Tributários em R\$ Mil						
Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil ⁽²⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	12.706	12.353	10.165	9.882	22.871	22.235
2019	14.157	12.858	8.495	7.715	22.652	20.573
2020	10.707	8.841	6.424	5.305	17.131	14.146
2021	7.638	5.837	4.583	3.502	12.221	9.339
2022	7.668	5.584	4.600	3.350	12.268	8.934
2023	10.070	7.807	6.042	4.684	16.112	12.491
2024	5.640	3.424	3.384	2.055	9.024	5.479
2025	5.314	2.988	3.189	1.793	8.503	4.781
2026	2.005	1.044	1.203	627	3.208	1.671
2027	1.624	783	974	470	2.598	1.253
Acima de 2027	39.096	36.945	23.456	22.166	62.552	59.111
Total	116.625	98.464	72.515	61.549	189.140	160.013

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2018

e) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(68.698)	(67.379)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.449)	(6.748)
Outros Valores	(824)	(968)
Total (Nota 20.e)	(76.971)	(75.095)

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

Especificação	31.03.2018		31.12.2017	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Contingências				
a.1) Fiscais (Nota 22 f.1.i)	2.875.002	14.463	2.180.185	13.328
i) Obrigação Legal	2.012	2.012	1.910	1.910
ii) Outras Obrigações-Diversas	2.872.990	12.451	2.178.275	11.418
Provável	12.451	12.451	11.418	11.418
Possível	2.708.279	-	2.028.355	-
Remota ⁽¹⁾	152.260	-	138.502	-
a.2) Trabalhistas	448.764	177.118	468.951	169.253
Provável (Nota 22 f.1.ii)	177.118	177.118	169.253	169.253
Possível	152.952	-	153.668	-
Remota	118.694	-	146.030	-
a.3) Causas Cíveis	6.261.922	132.130	6.283.743	116.349
Provável (Nota 22 f.1.iii)	132.130	132.130	116.349	116.349
Possível	1.133.956	-	1.151.253	-
Remota ⁽²⁾	4.995.836	-	5.016.141	-
a.4) Outras Contingências (Nota 22 f.2.iv)				
i) Operações Securitizadas ⁽³⁾	6.330	6.330	6.729	6.729
ii) Outras	858.811	27.177	837.060	26.425
Provável	27.177	27.177	26.425	26.425
Possível	13.332	-	14.502	-
Remota	818.302	-	796.133	-

⁽¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 117.860, na posição de 31.03.2018 (R\$ 115.980 em 31.12.2017).

⁽²⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 2.802.325, na posição de 31.03.2018 (R\$ 3.009.366 em 31.12.2017, referente a cinco processos). Esses processos são alusivos a: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios: R\$ 1.785.645 (R\$ 1.721.681 em 31.12.2017); ii) danos emergentes e lucros cessantes de não prestação de assistência técnica: R\$ 419.877 (R\$ 404.837 em 31.12.2017); iii) pagamento de multa, por inclusão indevida em sistema de restrição cadastral: R\$ 385.662 (R\$ 371.847 em 31.12.2017); e iv) indenização por danos morais e lucros cessantes: R\$ 211.141 (R\$ 203.578 em 31.12.2017).

⁽³⁾ Referem-se ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, que se encontram registradas em contas de compensação.

- b)** O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídico Banco.
- c)** Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais.
- d)** A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Quatro ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 2.482.872 na data base de 31.03.2018 (R\$ 1.808.128 em 31.12.2017).

Cível

Ação que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2017, R\$ 254.726 (R\$ 245.601 em 31.12.2017).

Ação que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2018, R\$ 71.062 (R\$ 68.516 em 31.12.2017).

Ação que visa indenização. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2018, R\$ 126.316 (R\$ 121.791 em 31.12.2017).

Ação que visa pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2018, R\$ 49.616 (R\$ 47.839 em 31.12.2017).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor, de risco possível, perfaz, na data-base de 31.03.2018, R\$ 57.835 (R\$ 57.835 em 31.12.2017).

Notas Explicativas

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Demandas Trabalhistas	87.471	88.073
Demandas Fiscais	131.282	129.832
Demandas Cíveis	76.927	69.904
Total	295.680	287.809

Movimentação das Provisões

f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	31.03.2018				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.i)	13.328	1.157	(22)	-	14.463
ii) Trabalhistas (Nota 16.i)	169.253	14.958	(5.881)	(1.212)	177.118
iii) Cíveis (Nota 16.i)	116.349	20.660	(4.011)	(868)	132.130
iv) Outras (Nota 16.i)	33.154	826	(407)	(66)	33.507

Especificação	31.12.2017				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.i)	64.090	7.327	(56.736)	(1.353)	13.328
ii) Trabalhistas (Nota 16.i)	172.866	43.485	(26.488)	(20.610)	169.253
iii) Cíveis (Nota 16.i)	166.126	74.908	(64.159)	(60.526)	116.349
iv) Outras (Nota 16.i)	899	37.493	(5.236)	(2)	33.154

f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2018			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE (Nota 16.i)	3.083.952	466.784	(377.044)	3.173.692
ii) FDNE (Nota 16.i)	636	3	-	639

Especificação	31.12.2017			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE (Nota 16.i)	3.229.308	1.970.123	(2.115.479)	3.083.952
ii) FDNE (Nota 16.i)	604	608	(576)	636
iii) Proagro	1.088	9	(1.097)	-

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	31.03.2018	31.12.2017
Máxima	40.743,64	40.492,52
Mínima	1.643,01	1.643,01
Média	10.642,58	10.590,05

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	354.431,69	190.113	21.522,91	16.800	21.311,69	15.770
Menor remuneração individual ⁽³⁾	179.073,27	135.722	16.492,56	12.874	14.044,28	12.874
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	275.486,28	192.323	16.052,21	13.528	15.214,57	14.032
Número de membros ⁽⁵⁾	6,33	7,00	7,33	6,00	6,00	5,00

⁽¹⁾ Valores aprovados na 64ª reunião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24.03.2017.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Notas Explicativas

Em 31.03.2018, o número de funcionários do Banco totalizava 6.935 (6.925 em 31.12.2017), registrando-se um aumento de 0,14% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed) e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar denominados, Benefícios Definidos (BD) e Contribuição Variável (CV I) administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes

Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Segundo o estatuto da entidade, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

Notas Explicativas

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito dos Planos Administrados pela Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O plano natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. A Camed encontra-se registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

A Camed está sujeita à constituição de garantias financeiras estabelecidas pela ANS, para atendimento aos requisitos de Patrimônio Mínimo Ajustado exigido para operação, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas no que diz respeito a garantir os pagamentos à rede de prestadores de serviços, mediante vinculação de ativos garantidores na forma estabelecida pela regulamentação.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente e no Estatuto da Camed.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

a.2.1) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco. Em 2016, a Camed iniciou a devolução das contribuições anteriormente antecipadas pelo Banco, da seguinte forma: a) em pagamento único: R\$ 22.504; e b) o saldo restante em parcelas mensais de R\$ 443.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2018, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

a.5) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das

Notas Explicativas

Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.03.2018, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2017, 1:1).

a.5) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco Atuarial	O risco atuarial está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios, devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuarias não aderentes ou ainda descasamento entre ativos e passivos. No caso de planos de saúde refere-se à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Está relacionado tanto a adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de provisionamento. Em algum momento, eventuais desequilíbrios nestas duas variáveis refletem na sinistralidade da Operadora.
BD/ CV I/ Natural	Risco de Liquidez	O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre os ativos negociados e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de dispor de recursos imediatos para pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano.
BD/ CV I/ Natural	Risco Operacional/Legal	O risco operacional está associado a perdas resultantes da operação do plano e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos).
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco de Mercado	O risco de mercado está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios.
BD e CV I	Risco de Crédito	O risco de crédito surge quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais. Seu efeito é medido pelo custo de reposição de fluxo de caixa em caso de inadimplência da contraparte. O rebaixamento da classificação por agências especializadas também pode gerar a elevação do risco de crédito, tendo em vista que a confiança dos investidores é impactada, podendo gerar redução no valor de mercado das organizações.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria, caso essa postergação não se efetive valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

a.6) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD	1.531	4.906	6.437
Plano CV I	5.079	216	5.295
Plano Natural	6.551	4.998	11.549
Seguro de Vida em Grupo	4.950	3.578	8.528

Notas Explicativas

a.7) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Diariamente, os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizadas reuniões mensais do Comitê de Investimento, onde são discutidos os riscos envolvidos nas operações, impactos no plano, questões de enquadramentos e análise de cenário econômico, bem como são elaborados relatórios trimestrais de risco, com simulação da rentabilidade mensal e anual, confrontação dos retornos dos ativos com a meta atuarial ao longo do tempo, liquidez do plano projetada no longo prazo, fronteira eficiente de "Markovitz" para os fundos de renda variável; acompanhamento dos ativos de títulos privados, comentários sobre os investimentos das diversas carteiras de investimentos, o VaR dos segmentos de renda fixa e renda variável. Anualmente é realizado o estudo de *Asset Liability Management (ALM)* que objetiva auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e da situação financeira do plano. O resultado desse estudo permite que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os critérios para aplicações financeiras consideram os limites de alocação de recursos em conformidade com a regulamentação estabelecida pela ANS e o risco de crédito associado a essas aplicações é atenuado pela restrição de suas operações a instituição financeira considerada de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos e privados de renda fixa e curto prazo de vencimento. O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores de mensalidades e taxas que é mitigado pela possibilidade de cobrança em folha de pagamento e por meio de autorização de débito em conta corrente, bem como pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Obrigação Líquida

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Plano BD (Notas 16.i e 28.a.2)	403.618	411.216
Plano Natural (Notas 16.i e 28.a.2)	1.379.850	1.354.238
Seguro de Vida (Notas 16.i e 28.a.2)	136.352	134.567

c) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	01.01 a 31.03.2018				01.01 a 31.03.2017			
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(2.088)	263	(4.616)	336	(2.020)	389	(2.085)	472
2. Juros Líquidos	(8.944)	-	(32.055)	(3.190)	(8.646)	-	(21.067)	(3.050)
3. Total (item 1 + item 2)	(11.032)	263	(36.671)⁽²⁾	(2.854)⁽²⁾	(10.666)	389⁽¹⁾	(23.152)⁽²⁾	(2.578)⁽²⁾

⁽¹⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

⁽²⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano Natural - 01.01 a 31.03.2018: R\$ 10; e 01.01 a 31.03.2017: R\$ 12 e Seguro de Vida em grupo - 01.01 a 31.03.2018: R\$ 2; e 01.01 a 31.03.2017: R\$ 1.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
1. Contribuições (Parte CD) ⁽³⁾	(12.721)	(12.349)

⁽³⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano CV I - 01.01 a 31.03.2018: R\$ 63; e 01.01 a 31.03.2017: R\$ 61.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
1. Despesas Administrativas	(1.620)	(1.648)

Notas Explicativas

d) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Durante o período de 01.01 a 31.03.2018 e 01.01 a 31.03.2017 não há registro de ganhos (perdas) para os planos BD, Natural e Seguro de Vida em grupo, pois não foram realizadas avaliações atuariais na data-base: 31.03.2018 e 31.03.2017. No caso do plano CV I, os ganhos (perdas) atuariais registrados do período, referem-se ao efeito do teto de ativo, conforme abaixo:

Especificação	31.03.2018				31.03.2017			
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida
Ganhos (Perdas) atuariais	-	(625)	-	-	-	(758)	-	-

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O patrimônio do FNE, no montante de R\$ 76.692.448 (R\$ 74.501.501 em 31.12.2016), está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 24.969.784 (R\$ 22.590.576 em 31.12.2017), registrados no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 359.601 (R\$ 501.647 em 31.03.2018).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 23, de 13.01.2017. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Provisão para Garantias Financeiras Prestadas” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.03.2018	Provisão em 31.12.2017
AA	10.976.065	-	-
A	13.652.532	34.286	33.618
B	6.937.175	35.020	37.992
C	2.456.814	37.586	34.021
D	1.025.013	51.225	47.647
E	770.923	115.902	112.860
F	781.963	195.751	248.214
G	390.189	136.985	136.894
H	5.105.515	2.566.937	2.432.706 ⁽¹⁾⁽²⁾
Total	42.096.189	3.173.692	3.083.952

⁽¹⁾ Em 31.03.2018, inclui R\$ 33.419 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 35.161 em 31.12.2017)

⁽²⁾ Contempla os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016 que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de

Notas Explicativas

14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 325.865 (R\$ 321.561 em 31.03.2017).

- e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do FNE, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. No período, a taxa de administração foi de R\$ 350.665 (R\$ 376.066 em 31.03.2017).

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador(FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.03.2018	31.12.2017
Proger-Urbano Investimento	017/2006	854	1.049
FAT - Infraestrutura	018/2006	146.243	151.507
Protrabalho Investimento	004/2007	103.785	113.669
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	001/2010	78.390	80.394
Total		329.272	346.619

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 153.764 (R\$ 179.935 em 31.12.2017) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 28.745 (R\$ 37.481 em 31.12.2017).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT (Tade), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.03.2018		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	697	14	686	10.364	11.050
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	9.074	239	14.971	19.141	34.112
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	14.327	231	8.909	24.776	33.685
PNMPO	01/2010	RA	4.717	84	4.179	70.738	74.917
Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)			28.815	568	28.745	125.019	153.764

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2017		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	3.774	137	948	10.619	11.567
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	44.504	1.945	15.737	26.847	42.584
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	21.218	507	15.595	31.784	47.379
PNMPO	01/2010	RA	21.332	565	5.201	73.202	78.403
Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)			90.828	3.154	37.481	142.452	179.933

⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa Selic;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela TJLP; e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

Notas Explicativas

NOTA 27– Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2018 a 2020, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 04.12.2017. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Especificação	Exposição	
	31.03.2018	31.12.2017
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	31.672.037	32.250.091
Público	1.046.703	976.426
Privado	30.625.334	31.273.665
Comércio	3.524.356	3.660.424
Comércio Exterior	925.437	919.354
Habitação	242	242
Indústria	7.610.791	7.717.032
Infraestrutura	4.348.580	4.276.411
Microfinança Urbana	2.862.438	2.962.117
Pessoas Físicas	42.871	44.284
Rural	7.106.093	7.243.696
Outros Serviços	4.204.526	4.450.105
Operações de Mercado	44.078.356	40.972.232
Títulos Públicos Federais	41.348.623	38.305.132
Operações Compromissadas	16.037.618	14.653.399
Outras	25.311.005	23.651.733
Depósitos Interfinanceiros	162.298	115.554
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.511.619	1.481.880
Outras Operações	1.055.816	1.069.666
Demais Ativos	5.191.594	5.483.392
Total	80.941.987	78.705.715

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.774.418 (R\$ 3.694.575 em 31.12.2017). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.131.112 (R\$ 4.030.391 em 31.12.2017).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

Notas Explicativas

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.03.2018 (%)	31.12.2017 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	933,78	831,55
	Média dos últimos 12 meses	764,59	669,88
	Máximo dos últimos 12 meses	1.074,50	1.033,35
	Mínimo dos últimos 12 meses	603,29	503,67

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- Mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Límites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	13.338.812	13.316.628	(22.184)	13.294.810	(44.002)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(74.702)	(77.150)	(2.448)	(79.770)	(5.068)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(7.014)	(7.015)	(1)	(7.017)	(3)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	100.958	93.736	(7.222)	87.183	(13.775)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(485.828)	(507.375)	(21.547)	(479.139)	6.689
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	204.226	203.313	(913)	202.417	(1.809)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.146.380)	(2.172.047)	(25.667)	(2.191.455)	(45.075)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	2.680.896	2.616.892	(64.004)	2.565.616	(115.280)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial B3 S.A DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.025.868	1.033.225	1.040.691
		Passivo em ME	(1.036.548)	(1.043.952)	(1.051.465)
		Exposição Líquida	(10.680)	(10.727)	(10.774)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques no cupom cambial utilizado no cenário 1, conforme descrição a seguir:

Cenário 1 – aplicação de 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – aplicação de 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – aplicação de 150% da taxa de swap DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

Notas Explicativas

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* –, que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 89.226 (R\$ 73.728 em 31.12.2017 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.03.2018	31.12.2017	Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Disponibilidades	12.228	16.247	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.550	27.953	Relações Interdependências	8.163	5.660
Operações de Crédito	569.166	615.161	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	63.857	68.241
Outros Créditos	946.902	937.045	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.625.002	1.647.993
			Outras Obrigações	949.034	960.012
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.549.846	1.596.406	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.646.056	2.681.906
Operações de Swap	1.006.984	1.011.772			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.556.830	2.608.178	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.646.056	2.681.906

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.03.2018, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 14,59% (15,01% em 31.12.2017) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 10,19% (10,39% em 31.12.2017). O PR apurado foi de R\$ 6.348.772 (R\$ 6.300.032 em 31.12.2017), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 4.125.863 (R\$ 4.115.719 em 31.12.2017), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 40.478.261 (R\$ 39.615.608 em 31.12.2017).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Patrimônio de Referência (PR)	6.348.772	6.300.032
. Nível I	4.125.863	4.115.719
. Capital Principal	4.125.863	4.115.719
. Nível II	2.222.909	2.184.313
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	40.478.261	39.615.608
. Parcela RWACPAD	30.686.176	30.935.801
. Parcela RWACAM	302.845	182.897
. Parcela RWAJUR	282.724	183.265
. Parcela RWACOM	5.067	5.384
. Parcela RWAOPAD	9.201.449	8.308.261

Notas Explicativas

Valor do RBAN	3.034.791	2.353.525
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 8,625%]) ¹	2.857.522	2.635.589
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN] * 8,625%)} ⁽¹⁾	2.595.772	2.417.888
Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)	1.697.167	1.738.783
Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)	2.304.341	2.333.017
Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 1,875%) ⁽²⁾	758.967	495.195
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)	938.200	1.243.587
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	10,19%	10,39%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,19%	10,39%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 8,625%) ⁽¹⁾	15,68%	15,90%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	14,59%	15,01%

⁽¹⁾ em dezembro/2017 era 9,25%.

⁽²⁾ em dezembro/2017 era 1,25%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	6.348.772	6.300.032
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	4.125.863	4.115.719
Capital Principal	4.125.863	4.115.719
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	1.685.026	1.685.026
Reservas de Capital e de Reavaliação	11.592	11.769
Contas de Resultado Credoras	2.749.506	-
Contas de Resultado Devedoras	(2.674.614)	-
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(961.088)	(998.758)
Perdas ou Prejuízos Acumulados	(12.303)	-
Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal	1.000.000	1.000.000
Ajustes Prudenciais	(516.256)	(426.318)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(19.947)	(9.561)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(491.009)	(403.551)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(5.300)	(13.206)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.222.909	2.184.313
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.243.380	2.205.467
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(20.471)	(21.154)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
PR Nível I	4.125.863	4.115.719
Exposição Total	79.396.074	77.083.190
Razão de Alavancagem (%)	5,20	5,34

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
---------------	------------	------------

Notas Explicativas

Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	6.348.772	6.300.032
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	3.174.386	3.150.016
Situação	158.240	175.218
Margem	3.016.146	2.974.798
Índice de imobilização	2,49%	2,78%

NOTA 28 – Partes Relacionadas**a) Transações com partes relacionadas**

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 26)	153.764	179.933
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.471.378	1.520.571
Tesouro Nacional	456	450
BNDES	1.392.142	1.435.506
Finame	78.780	84.615
Outras Obrigações	29.057.006	26.638.378
FNE (Nota 16.f)	24.979.191	22.599.975
FDNE	733.788	730.837
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	100.647	102.098
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16.g e Nota 17)	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	2.243.380	2.205.468
Total	30.682.148	28.338.882

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários do Banco, Capef e Camed, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2018	31.12.2017
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Notas 16.i e 24.b)	403.618	411.216
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Notas 16.i e 24.b)	1.379.850	1.354.238
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Notas 16.i e 24.b)	136.352	134.567
Total	1.919.820	1.900.021

Notas Explicativas

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal	-	18.951
Depósitos a Prazo - FAT	(27.642)	(19.886)
Tesouro Nacional	(6)	(5)
BNDES	(32.171)	(34.572)
Finame	(967)	(1.117)
FMM	(3.276)	(2.115)
FNE	85.769	(35.856)
FDNE	7.398	6.677
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(25.881)	-
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(37.913)	(55.427)
Benefícios Pós-Emprego – Capéf Plano BD	(12.652)	(12.314)
Benefícios Pós-Emprego – CV I	(12.395)	(11.899)
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural	(36.660)	(23.140)
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida	(2.851)	(2.577)

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
Honorários	1.423	1.015
Diretoria	1.241	874
Conselho de Administração	98	77
Conselho Fiscal	84	64
Outros	452	491
Remuneração Variável (RVA) ⁽¹⁾	-	-
Total dos Benefícios de Curto Prazo	1.875	1.506
Benefícios Pós-Emprego	79	54
Total	1.954	1.560

⁽¹⁾ 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro para a provisão e para o pagamento em dinheiro o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem no exercício, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Plano de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não realiza operações de crédito com seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 31.03.2018	01.01 a 31.03.2017
Lucro Líquido	94.264	(17.760)
Outros Resultados Abrangentes	37.847	83.884
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	65.900	138.399
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(26.899)	(54.889)
Realização da Reserva de Reavaliação	322	1.991
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(145)	(859)
Ganhos ou Perdas Atuariais líquido dos efeitos tributários	(1.331)	(758)
Resultado Abrangente	132.111	66.124

Nota 30 – Outras Informações

a) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

Notas Explicativas

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria, por meio de reunião realizada em 24 de abril de 2018.

Fortaleza (Ce), 24 de abril de 2018

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão das Informações

Trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Informações de intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado - DVA, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC- 1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de março de 2018.

Fortaleza, 24 de abril de 2018

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração e Diretor Financeiro e de Crédito) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 08 de maio de 2018, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de março de 2018. Fortaleza, 08 de maio de 2018

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração e Diretor Financeiro e de Crédito) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)